

A GESTÃO DE PAULO MACEDO NA CGD: redução do crédito à economia e as famílias, perda de quota de mercado, liquidez em excesso não utilizada, enorme aplicação em títulos com risco, vendas de carteira de crédito, “write-offs”, resultados obtidos à custa dos depositantes e da reversão de imparidades e provisões excessivas e redução de trabalhadores e agências

O mandato da administração de Paulo Macedo na CGD já terminou. Imediatamente o marketing da CGD e os defensores de Paulo Macedo na comunicação social procuraram fazer passar a mensagem junto da opinião pública que a sua gestão tinha sido um êxito, e que a administração de Paulo Macedo tinha salvo a CGD. Simultaneamente os media divulgaram que o governo tencionava reconduzir a administração de Paulo Macedo para novo mandato (2021/2024). Interessa por isso, analisar com objetividade e com base em números os resultados da gestão de Paulo Macedo para a CGD, para os trabalhadores da CGD e para o país. É o que vamos fazer utilizando os dados da própria administração de Paulo Macedo (*Relatórios e Contas da CGD de 2015/2020*) para se conhecer uma opinião diferente, que é um contributo para a reflexão

A REDUÇÃO DO CRÉDITO À ECONOMIA E ÀS FAMILIAS E O NÃO CUMPRIMENTO DA MISSÃO DA CGD

Uma das missões mais importantes da CGD é apoiar as famílias e as empresas, através da concessão de crédito embora fazendo uma análise rigorosa do risco e assegurando as garantias necessárias ao seu reembolso, com o objetivo de promover o crescimento económico e o desenvolvimento do país. Ora durante a vigência da administração de Paulo Macedo verificou-se precisamente o contrário, tendo-se registado uma forte redução no crédito concedido pela CGD às famílias e à economia como revelam os dados do quadro 1 retirados dos Relatórios e contas da CGD.

Quadro 1- Evolução do crédito concedido pela CGD às famílias e empresas por Paulo Macedo

SETORES	Dez.2015 Milhões €	Dez.2016 Milhões €	Dez.2017 Milhões €	Dez.2018 Milhões €	Dez.2019 Milhões €	Dez.2020 Milhões €	2015-2020 Var. %
EMPRESAS	29 860	27 632	21 928	19 714	18 692	18 723	-37,3%
PARTICULARES	36 053	34 264	30 790	29 518	28 255	28 255	-21,6%
Habituação	32 995	31 542	27 993	26 862	26 067	25 948	-21,4%
Outros fins	3 058	2 722	2 798	2 656	2 188	2 307	-24,6%
GOVERNO	5 462	6 839	7 093	5 693	3 176	3 171	-41,9%
TOTAL	71 375	68 735	59 811	54 925	50 123	50 149	-29,7%

FONTE: Relatórios e contas da CGD - 2015,2016, 2017, 2018, 2019 e 2010 - do Conselho de Administração

Entre 2015 e 2020, o crédito concedido pela CGD às empresas diminuiu em 37,3%, ou seja, em 11.137 milhões €. No mesmo período, a redução do crédito às famílias foi de 21,6%, ou seja, de 7.798 milhões €. Mesmo o crédito à habitação sofreu uma enorme redução de 7.041 milhões € (-21,4%). Globalmente, a redução no crédito total durante a administração de Paulo Macedo foi de 29,7%, ou seja, de 21.226 milhões €. Deliberadamente ou por incapacidade, a gestão de Paulo Macedo não cumpriu a missão da CGD que é a de promover o crescimento económico e o desenvolvimento do país. Esta a realidade e a verdade sobre os resultados da gestão de Paulo Macedo na CGD segundo os Relatórios e contas

A CGD PERDEU QUOTA DO MERCADO DO CRÉDITO COM PAULO MACEDO, O QUE CONTRIBUIU PARA O AUMENTO DO DOMÍNIO DO SETOR E DA NOSSA ECONOMIA PELOS BANCOS ESTRANGEIROS

Um outro aspeto que caracterizou a administração de Paulo Macedo foi a redução de quota que a CGD detinha no crédito total concedido pela banca no país a favor dos bancos controlados por grupos estrangeiros como revelam os dados do quadro 2 também dos Relatórios da CGD

Quadro 2 – A perda de quota do mercado de crédito da CGD durante a gestão de Paulo Macedo

SETORES - Quotas crédito	Dez.2015	Dez.2016	Dez.2017	Dez.2018	Dez.2019	Dez.2020
EMPRESAS	19,8%	18,8%	17,1%	15,2%	14,6%	14,5%
PARTICULARES	23,6%	23,0%	22,2%	21,1%	19,7%	19,5%
Habituação	26,5%	26,1%	25,4%	24,3%	23,6%	23,3%
Consumo	7,0%	6,7%	4,9%	4,4%	3,3%	3,8%
SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	33,3%	34,4%	30,9%	27,6%	26,3%	25,9%
TOTAL	22,5%	21,8%	20,8%	19,3%	18,2%	18,0%

FONTE: Relatórios e contas da CGD - 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2010 - do Conselho de Administração

Em 2015, ano anterior à entrada de Paulo Macedo para a administração da CGD, a CGD detinha 22,5% de todo o crédito concedido no país, sendo por isso o maior banco do país. No fim da gestão de Paulo aquela quota de 22,5% estava reduzida apenas a 18%. No mesmo período, a quota do crédito às empresas tinha diminuído de 19,8% para 14,5%, e às famílias (particulares) de 23,5% para 19,5%. A CGD, com Paulo Macedo perdeu quota de mercado até na Habitação e no Setor Público Administrativo. Em contrapartida quem ganhou quota de mercado foram os bancos controlados por estrangeiros. A gestão de Paulo Macedo permitiu o aumento do domínio quer do setor bancário quer da economia pelos grupos estrangeiros. Estes dados também mostram que a redução do crédito da CGD (quadro 1) não é explicada pela redução do crédito no país, mas sim pela perda de quota de mercado pela CGD. Esta é também a verdade e a realidade da gestão de Paulo Macedo na CGD segundo os Relatórios e contas.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO CRÉDITO CONCEDIDO PELA CGD DURANTE A GESTÃO DE PAULO MACEDO NÃO TEM COMO CAUSA NEM FALTA DE LIQUIDEZ NEM RÁCIOS DE CAPITAL INSUFICIENTES. A DIMINUIÇÃO DO RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO É UM INDICADOR DE UMA GESTÃO INEFICIENTE

Os dados do quadro 3, que são dos Relatórios e contas da CGD durante o período da gestão de Paulo Macedo, tornam ainda mais claro as características e os resultados da sua administração.

Quadro 3 – Rácios de capital, de liquidez e de transformação – administração de Paulo Macedo -2015/2020

RACIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Common Equity Tier 1 (CET 1)	7,0%	12,1%	14,0%	14,6%	16,8%	18,3%
Tier 1	7,0%	13,0%	15,1%	15,7%	17,9%	19,5%
Rácio Total	8,1%	14,1%	15,7%	16,9%	19,3%	20,9%
RÁCIO DE LIQUIDEZ (LCR)- excesso de liquidez não utilizada revela ineficiência de gestão	177,5%	176%	208,9%	234,6%	332,0%	494,3%
RACIO TRANSFORMAÇÃO - inferior a 100% indica gestão ineficiente	90,1%	89,1%	86,8%	82,3%	72,9%	66,5%

FONTE: Relatórios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e de 2020 da CGD

Em 2015, antes do Estado, ou melhor os contribuintes, terem recapitalizado a CGD com 4.000 milhões €, os **rácios de capital da CGD (CET1, Tier 1 e Total)** eram manifestamente insuficientes (*variavam entre 7% e 8,1%*) e constituíam um obstáculo à concessão do crédito embora o **rácio de liquidez (LCR)** estivesse acima do mínimo exigido pelo banco de Portugal que era, nessa altura, de 100%.

Em 2016 com a recapitalização enorme da CGD feita pelo Estado com dinheiro dos contribuintes verificou-se um aumento significativo dos rácios de capital (*entre 72,8% e 85,7%*) que continuaram a aumentar com base na criação orgânica interna de capital, e por meio de “write-offs” (1100M€ a que se soma 1933M€ feitos em 2016, créditos abatidos ao Ativo por se considerarem perdidos) e vendas de carteira de crédito (2690M€ que geraram perdas pois quem compra quer ganhar em média 20%) que reduziram o **RWA** (*entre 2016 e 2020, os Ativos ponderados pelo risco, diminuíram de 55014M€ para 33750M€*). Portanto, não são rácios de capital baixos ou insuficientes que impediram a concessão de mais crédito às famílias e à economia. O mesmo se pode dizer do rácio de liquidez que era, em 2020, 494,3%, o mais elevado em toda a banca (o exigido pelo Banco de Portugal é 150%). A CGD não tem problemas de falta de capital nem de liquidez.

A análise da evolução do “**Rácio de transformação**” mostra que o que se verificou foi incapacidade ou recusa da administração da CGD para aumentar, com segurança, o crédito às famílias e à economia como fizeram os bancos controlados por estrangeiros que assim conseguiram apropriar-se de uma parcela da quota de mercado antes detida pela CGD. O “**rácio de transformação**” obtém-se dividindo o montante de euros de crédito concedido por cada 100€ de depósitos. Em 2015, o rácio de transformação era de 90,1%, ou seja, a CGD por cada 100€ de depósitos concedia crédito no valor de 90,1€. Em 2020, o rácio de transformação baixou para 66,5%, ou seja, que por cada 100€ de depósitos a CGD concedeu crédito no valor de 66,5€. Para se poder ficar com uma ideia da dimensão da ineficiência basta recordar que a própria “troika” fixou como limite um rácio de transformação de 100% (por cada 100€ de depósitos, conceder 100€ de crédito). Esta é a verdade e a realidade sobre a gestão de Paulo Macedo na CGD.

NO LUGAR DE CONCEDER MAIS CRÉDITO, PAULO MACEDO OPTOU EM INVESTIR EM TÍTULOS, TRANSFORMANDO A CGD NUM BANCO QUE APOSTA EM MAIS-VALIAS AUMENTANDO ASSIM O RISCO

Confirmando a incapacidade da gestão para aumentar o crédito à economia e às famílias, que é a missão da CGD, Paulo Macedo optou por investir maciçamente o dinheiro dos contribuintes e dos clientes em títulos, o negócio por excelência de uma entidade que aposta na especulação, o que não faz parte da missão da CGD. O quadro 4 mostra a dimensão que atingiu tal política na CGD.

Quadro 4 – Variação do Ativo líquido e das aplicações de títulos durante a administração de Paulo Macedo

RÚBRICAS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015-2020
	Milhões €						
ATIVO LIQUIDO	100 901	93 547	93 248	89 129	85 776	91 375	-9 526
Aplicações em títulos	19 649	15 581	17 337	17 995	20 542	23 445	3 796
APLICAÇÕES EM TÍTULOS % DO ATIVO LIQUIDO (valor elevado é um indicador de uma gestão que aposta na especulação ou incapaz de aumentar o crédito)	19,5%	16,7%	18,6%	20,2%	23,9%	25,7%	

FONTE: Contas da CGD - 4º Trimestre de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020

Entre 2015 e 2020, com a administração de Paulo Macedo, o Ativo da CGD diminuiu em 9.626 milhões € (-9,4%), e as aplicações em títulos, que representam um elevado risco para CGD, pois podem determinar elevados prejuízos, aumentaram de 19,5% do Ativo em 2015, reduzido para 16,7% em 2016, para 25,7% em 2020, mais de um quarto do Ativo líquido total consolidado da CGD. Não se aumenta o crédito à economia e às famílias, mas investe-se 23.445 milhões € em títulos, certamente a maior percentagem existente no setor bancário, cujo valor está sujeito a flutuações devido aos riscos que incorpora. Qualquer gestor prudente nunca faria um investimento com tal dimensão em títulos, o que até não é a missão da CGD, ainda mais com dinheiro dos contribuintes e dos clientes. Esta é também a verdade e a realidade da gestão de Paulo Macedo na CGD segundo os Relatórios e contas

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

RESULTADOS OBTIDOS À CUSTA DOS DEPOSITANTES, DE IMPARIDADES EXCESSIVAS DEVIDO À RECAPITALIZAÇÃO EXCESSIVA DA CGD PELO ESTADO E REDUÇÃO DE TRABALHADORES E AGÊNCIAS

Para uma mais fácil e clara compreensão da forma como a administração de Paulo Macedo obteve resultados positivos, que ela e os seus defensores, nomeadamente nos media tanto gabam, seleccionamos dos dados divulgados pela administração nos seus relatórios os que constam do quadro 5

Quadro 5 – Os principais instrumentos utilizados pela administração de Paulo Macedo para obter resultados positivos – Contas consolidadas - 2015/2020

RÚBRICAS	2015 Milhões €	2016 Milhões €	2017 Milhões €	2018 Milhões €	2019 Milhões €	2020 Milhões €	2015/2020 Var. %
Juros e rendimentos similares (diminuição significa incapacidade da administração para aumentar crédito)	2 905	2 470	2 345	2 041	1 828,0	1 482,2	-49,0%
Juros e encargos similares (diminuição e obtida a custa da redução das taxas de juro pagas aos depositantes)	1 820	1 431	1 104	858	696,0	456,4	-74,9%
MARGEM FINANCEIRA	1 085	1 039	1 241	1 183	1 132	1 026	-5,4%
Receitas de comissões (aumento obtido à custa da multiplicação das taxas aplicadas aos depositantes)	622	568	589	604	630,4	611,3	-1,6%
Encargos com comissões	123	118	124	124	128,4	114,2	-7,5%
COMISSÕES LÍQUIDAS - multiplicação de comissões sobre depositantes	498	450	465	480	502	497	-0,2%
CUSTOS COM PESSOAL - redução trabalhadores	804	661	659	610	583,4	501,9	-37,6%
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS- redução agências	458	415	358	314	287,2	237,6	-48,2%
IMPARIDADES CREDITO LÍQUIDAS (quando negativas é porque as realizadas em anos anteriores foram excessivas, o que aumenta os lucros)	556	2 383	86	121	-47,6	-179,9	
PROVISÕES LÍQUIDAS OUTROS ATIVOS (poque as realizadas em anos anteriores foram excessivas o que aumenta os lucros do ano)	159	616	591	-89	-124,8	26,1	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-82	-1 860	52	496	760	523	
Agências bancárias em Portugal (redução do número)	764	651	587	551	551	543	-28,9%
CGD Portugal - Trabalhadores (destruição postos de trabalho)	8 470	8 113	7 689	7 244	6 706	6 244	-26,3%

FONTE: Press release do 4º Trimestre e Relatórios Contas da CGD de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020

A atividade por excelência de um banco como é a CGD, o seu “core business” é a de intermediação, pagando juros pelos depósitos que recebe (*operações passivas*) e cobrando juros pelo crédito que concede (*operações ativas*). Associada a esta, está a das comissões que cobra pelos serviços prestados e as que paga pelos serviços que necessita. O resultado constitui aquilo que se designa por “Produto bancário core”, que é precisamente o valor acrescentado que resulta da atividade “core” do banco. Vejamos então como estes dois instrumentos foram utilizados pela administração de Paulo Macedo.

Devido a diminuição da carteira de crédito da CGD e à redução da taxa de juros cobrada pelo banco pelo crédito concedido, a receita de juros cobrados diminuiu, entre 2015 e 2020, em 49% (- 1422,3 milhões €), mas os juros pagos aos depositantes sofreram uma redução de 74,9% (-1365,4 milhões €), pois os depósitos estão a ser remunerados com uma taxa próxima de zero. Cerca de 95,9% da redução de receitas resultantes do crédito concedido foi suportada pelos depositantes, apesar dos depósitos terem aumentado (*entre 2015 e 2020, passaram de 66.692 milhões € para 72.033 milhões €*). Associado com a atividade anterior estão as comissões líquidas. Apesar da significativa redução do crédito concedido e, consequentemente, das comissões cobradas por esse crédito, as receitas líquidas das comissões apenas sofreram uma redução de só 0,2% (um milhão de euros). A quebra nas receitas de comissões por crédito concedido foi compensada através da multiplicação e aumento das comissões aplicadas aos depositantes em que, muitas vezes, os juros nem davam para pagar as comissões, o que os obrigou a pagar utilizando o próprio capital (depósito feito). O banco publico fez o que os outros fizeram (*massacre dos depositantes com juros próximos de zero que nem cobrem a inflação e com a multiplicação de comissões*).

Outro instrumento utilizado pela administração de Paulo Macedo foi a redução de custos operacionais, nomeadamente de pessoal que, entre 2015 e 2020, sofreram uma redução de 37,6% e dos “gastos administrativos” que, no mesmo período, registaram uma diminuição de 48,7%. Isso foi conseguido através da destruição de 2.226 postos de trabalho e do fecho de 221 agências só na CGD em Portugal.

Um outro instrumento utilizado para aumentar os resultados foi a reversão de imparidades ou provisões feitas em excesso em anos anteriores (*em 2016 foram constituídas de 3.016,9 milhões de imparidades*) possíveis devido ao facto do Estado ter recapitalizado em excesso a CGD com 4.000 milhões € de dinheiro dos contribuintes. Pelos menos 441,3 milhões € foram lucros criativos da administração de Paulo Macedo que resultaram de reversões de imparidades e provisões como os dados do quadro 5 revelam.

COMENTÁRIOS FINAIS PARA REFLEXÃO DOS LEITORES: uma CGD mais frágil

Uma CGD com um Ativo mais reduzido, com menos crédito concedido às famílias e à economia, com uma quota de mercado mais reduzida, num setor vital onde o domínio estrangeiro aumentou devido à perda de posição da CGD, com menos trabalhadores e menos agências, ou seja, uma CGD mais frágil, eis o resultado da gestão da administração de Paulo Macedo. É importante que os portugueses tenham acesso a uma opinião diferente da oficial, fundamentada em dados, para assim poderem formular a sua própria opinião sobre a gestão de Paulo Macedo na CGD, que é o mais importante. E isto porque se trata de um banco público que quando é mal gerido, as consequências são suportadas pelos contribuintes, por todos nós, através de recapitalizações feitas pelo Estado, como aconteceu já no passado. E é ainda um dos poucos bancos de capital totalmente português a operar em Portugal. Estas são as razões deste estudo. Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 10-5-2021